



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais

Serviço Social e Movimentos Sociais: Crítica à fragmentação pós-moderna

Lucas Costa Santos¹

Resumo: O artigo busca analisar a relação entre o Serviço Social brasileiro e os movimentos sociais, resgatando o Movimento de Reconceitualização e os fundamentos críticos da profissão. Discute os impactos da razão pós-moderna e a fragmentação dos "novos movimentos sociais" frente à lógica de totalidade e da práxis marxista. Por fim, utiliza dados do conjunto CFESS/CRESS para examinar a atual inserção das/os assistentes sociais nos movimentos sociais.

Palavras-chave: movimentos sociais; serviço social; pós-modernidade; práxis

Social Work and Social Movements: A critique of post-modern fragmentation

Abstract: The article seeks to analyze the relationship between Brazilian Social Work and social movements, reclaiming the Reconceptualization Movement and the critical foundations of the profession. It discusses the impacts of post-modern reason and the fragmentation of "new social movements" in contrast to the logic of totality and Marxist praxis. Finally, it utilizes data from the CFESS/CRESS federal and regional councils to examine the current engagement of social workers within social movements.

Keywords: social movements; social service; post-modernity; praxis.

Introdução

As reflexões construídas ao longo deste trabalho são frutos de debates acumulados nas disciplinas do mestrado e nas leituras dos grupos de estudo no qual estamos inseridos. O objetivo deste artigo, é analisar a inserção das/os assistentes sociais nos movimentos sociais a partir dos dados das duas últimas pesquisas realizadas pelo conjunto CFESS/CRESS referente ao perfil da/o assistente social no Brasil. É uma pesquisa de base documental, inspirada no método materialista histórico-dialético de Marx.

O desenvolvimento do que se propõe o nosso objetivo, parte do resgate do período de maior efervescência dos movimentos sociais no Brasil a fim de refletir os fundamentos críticos da profissão no então chamado "Movimento de Reconceitualização", momento onde o Serviço Social brasileiro se vê compelido pela conjuntura a organizar suas diretrizes teóricas-metodológicas e ético-político ao lado da emancipação humana.

¹ Especialista em Saúde Mental pelo Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde - ICEPI, Mestrando em Política Social pelo PPGPS/UFES. Email: Lucas.c.santos.as@gmail.com

Em seguida, buscamos trazer elementos do debate da razão moderna e da práxis para fundamentar a nossa crítica à razão pós-moderna, bem como pavimentar o chão teórico sob o qual levantaremos a nossa crítica aos “Novos Movimentos Sociais”. O desenvolvimento teórico que sucede este ponto, parte dos acúmulos marxianos e marxistas sobre ontologia do ser social (especificamente em Lukács), práxis e totalidade. Expressamente, para nós, as categorias de práxis e totalidade compõem o cerne da crítica a pós-modernidade que assola o nosso tempo.

Ainda, trataremos de expor de forma breve, algumas caracterizações desses “Novos Movimentos Sociais” e a sua relação íntima com a pós-modernidade. Buscaremos apontar a conjuntura social, econômica e política pelo qual se erguerá esse fenômeno social, bem como os seus limites interpretativos e práticos na ação política.

Por fim, após erguida a nossa estrutura teórica, buscaremos analisar a inserção das/os assistentes sociais nos movimentos sociais nos dois relatórios construídos pelo conjunto CFESS/CRESS, a fim de desvendar os rebatimentos político-organizativos do conjunto mais geral da classe trabalhadora no seio da categoria profissional do Serviço Social.

Desenvolvimento

A efervescência dos movimentos sociais na década de 1960 e o movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro.

O serviço social, como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, tem a sua gênese e o seu desenvolvimento ligado intrinsecamente às relações sociais, sob as determinações políticas, culturais e econômicas de cada momento histórico e que, em certa medida, possui efeito na reprodução da força de trabalho pelos mecanismos institucionais das políticas sociais (IAMAMOTO, 2009).

O nascimento e desenvolvimento da profissão se consolidam ante a presença do modelo fordista/taylorista de gerenciamento e organização da produção capitalista. A prática profissional do serviço social se insere em um contexto sociopolítico de forte controle social marcado pelas exigências do então padrão produtivo gestado no seio do desenvolvimento capitalista, de caráter educativo, voltado à incorporação dos valores burgueses, e o ressocializador, voltado para a reinserção dos sujeitos à lógica de produção (ABREU, 2002). Assim, temos que, para além de gerar efeitos na reprodução material

da parte viva do trabalho, a/o assistente social incide também na formação subjetiva (consciência) da classe trabalhadora transpondo visões de mundo, valores sociais, etc (MAIOR, 2017).

Não por coincidência ou causalidade histórica que o movimento de renovação/reconceituação do serviço social brasileiro teve o seu início na década de 1960. Esse período, nas palavras de Marini (2014, p. 88), é marcado pela “ascensão espetacular dos movimentos reivindicativos da classe operária”, sob influência da era das revoluções, que tensiona a luta de classes à favor do trabalho. Essa “ascensão espetacular” é observada por uma crescente onda de organização sindical, dos movimentos partidários revolucionários e da participação de um amplo movimento de massas populares que favoreceram a radicalização política em benefício do avanço das pautas históricas da classe trabalhadora naquele momento histórico (MARINI, 2014)

Na tentativa de conciliar os interesses da classe trabalhadora e a burguesia nacional em uma tentativa de implementar um “esquema burguês-popular” para contenção das massas, João Goulart se vê frente a um fracasso anunciado. As grandes mobilizações sofreram graves intervenções da política externa, especialmente pelo imperialismo estadunidense na forma do programa “Aliança para o Progresso”, em que se destinou verbas diretas aos governadores que, ironicamente, seriam “capazes de sustentar a democracia” (MARINI, 2014, p. 102). Aos poucos Goulart vai perdendo apoio da burguesia brasileira que já se encontrava em um estágio avançado de organização política, mesmo que logo mais adiante, em 1964, a história brasileira sentiria as agruras do golpe militar (MARINI, 2014).

Não sendo uma experiência particular do Brasil, no século XX, a América Latina experimentou uma escalada sem igual do autoritarismo imperialista expresso na mão de ferro das ditaduras militares. Essas experiências autoritárias devastaram “ensaios democráticos” que se erigiam no seio da efervescência política no continente, tendo “graves incidências no ensino superior e na vida universitária” (IAMAMOTO; SANTOS, 2021 sp).

No que tange aos impactos da autocracia burguesa expressas no golpe de 1964 ao movimento de reconceituação do serviço social, Netto (2011, p. 256) vai dizer que,

contextualizado no curso da democratização da sociedade e do Estado brasileiros, que na entrada dos anos sessenta registrou uma precipitação no seu ritmo, o Serviço Social - de forma visível, pela primeira vez - vulnerabilizava-se a vontades sociais (de classe) que indicavam a criação, no marco profissional, de núcleos capazes de intervir no sentido de vinculá-lo a projeções societárias pertinentes às classes exploradas e subalternas. Precisamente quando este processo ingressava num patamar que seria decisivo para o seu ulterior desenvolvimento é que o golpe de abril o interrompe bruscamente.

Nas palavras de Iamamoto e Santos (2021, sp), o intenso cenário de repressão militar fez emergir “experiências inovadoras no universo do serviço social”, introduzindo novas formas de pensar a profissão no âmbito acadêmico e profissional a partir da sua relação com conjunto dos segmentos subalternos (incluindo assistentes sociais organizados/as politicamente em partidos comunistas/socialistas, movimentos sociais, sindicatos, etc), nas mais variadas formas de resistência à ditadura militar de 1964, de modo que nos clarifica a noção que a profissão teve os seus fundamentos críticos ligados intrinsecamente às lutas populares.

Destarte, a conjuntura assinada pela efervescência política do conjunto da classe trabalhadora trouxe ao interior da profissão outros projetos societários para a disputa da hegemonia interna (ABRAMIDES, 2019). Essa reformulação do projeto profissional e a organização político-sindical do serviço social permitiu a inserção e mobilização de assistentes sociais nos setores da classe trabalhadora em suas diversas lutas como a Reforma Sanitária, moradia e reforma urbana, transporte público, pela educação pública de qualidade, pelo fim das opressões de classe, raça e gênero e pela efetivação das políticas públicas (ABRAMIDES, 2009).

Razão e práxis

O pós-modernismo, atribuído por Ribeiro (2014) como uma “forma de uma cultura contemporânea”, se apresenta, também, como uma “modalidade operativo-racional” própria da forma histórica de desenvolvimento da ordem burguesa disposta pela reificação (NETTO, 1994). Se na modernidade a preocupação do espírito era constituir uma forma racional de apreensão do mundo concreto que pudesse desvendar a relação entre o sujeito e objeto — Netto sustenta que o racionalismo ou a razão moderna teve o seu apogeu na formulação do sistema racional dialético proposto pelo pensamento hegeliano, muito embora, posteriormente, o seu próprio sistema iria esbarrar em limites concretos a serem superados por Marx —, na pós-modernidade a razão ou o

irracionalismo se submeteria ao imperativo da ordem burguesa no processo de acumulação do capital através do conhecimento analítico da natureza posta à dominação humana (NETTO, 1994). A razão, portanto, se torna razão analítica.

O generalizado processo de reificação das relações sociais, peculiar a ordem burguesa e que se irradia da universalização da *mercadoria*, não responde somente pela pseudo-objetividade com que se reveste a processualidade social [...] responde, ainda, pela extensão da racionalidade analítica ao domínio das relações sociais. Correlatamente, a consolidação da ordem burguesa tende a identificar razão com razão analítica, tende a reduzir a racionalidade à intelecção. (NETTO, 1994, p. 32).

Nesse caminho, a razão analítica encontra limites no seu próprio movimento intelectual. O processo de intelecção consiste na apreensão ideal do mundo concreto tal qual ele é, sendo esse o momento positivo do movimento teórico. Netto (1994) vai dizer que os procedimentos dessa forma de razão consiste apenas na “distinção, na classificação, na decomposição de conjuntos em suas partes [...] mediante modelos lógicos e matemáticos”, de modo que o momento negativo, portanto, crítico, se realiza mediante a recomposição das partes, numa espécie de “racionalidade da manipulação do mundo objetivo”.

Operando uma crítica profunda ao sistema hegeliano onde “a racionalidade do real e a realidade da razão operavam-se historicamente pelo trabalho do Espírito” (NETTO, 1994, p. 30), Marx e Engels (2007, p. 87) vão dizer que “toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos”. Essa premissa, ao mesmo tempo que parece óbvia, se torna essencial no sentido de se contrapor a ideologia pós-moderna que defende que a “história chegou, fukuyamamente, ao fim”². A história para os autores só pode derivar da atividade ativa dos seres humanos que se realizam na realidade sob certas condições historicamente determinadas.

A atividade ativa ou as posições teleológicas do ser social no mundo concreto, gerou o que para Lukács (2009, p. 234) se tornaria as “consequências fundamentais para o seu desenvolvimento”. Isto posto, podemos dizer que a socialização da sociedade aparece aqui como consequência ou complexificação do processo de trabalho na sociedade, de tal sorte que inaugura um novo tipo de pôr teleológico, “aqui não se trata de elaborar um fragmento da natureza de acordo com finalidades humanas, mas, ao

² Crítica de José Paulo Netto ao sociólogo Boaventura Souza Santos. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2019/11/06/de-como-nao-ler-marx-ou-o-marx-de-sousa-santos/>

contrário, um homem (ou vários homens) é induzido a realizar algumas posições teleológicas segundo um modo predeterminado” (LUKÁCS, 2009, p. 234).

A cada posicionamento teleológico, mediado ou não pelo trabalho, — para Marx, a práxis é essa descoberta da humanidade capaz de criar a realidade, podendo ela ser mediada ou não pelo trabalho, para ele este último expressa a “forma ontológica-primária” (MARX *apud* NETTO, 1994, p. 36) —, se complexifica as relações sociais e elas se tornam cada vez mais social, ou seja, ao passo que o ser social exterioriza suas objetivações, mais a sua relação com o mundo e consigo mesmo vai se complexificando, afastando cada vez mais o seu ser da natureza, muito embora sua relação com ela seja ineliminável (LUKÁCS, 2009, p.238).

Nessa direção, Netto (1994) sintetiza dizendo que a “ontologia social marxiana, fundada na práxis e centrada no trabalho, apreende a constituição do ser social como a constituição de *complexos de complexos*: a realidade social é uma *totalidade concreta composta por totalidades concretas de menor complexidade*”. Dessa forma, a realidade social é apresentada como um movimento de totalização, onde o concreto não é o dado imediato ou empírico, mas a unidade do diverso abstraído pelo pensamento. Ao definir a sociedade como totalidade composta por totalidades de menor complexidade, o pensamento marxiano parece afirmar que a essência do social é histórica e processual. A objetividade social, portanto, não é algo externo e estranho ao homem, mas o resultado cristalizado de sua própria atividade prática.

O assim chamado “Novos Movimentos Sociais”

O chão histórico que se assenta a ascensão dos “Novos Movimentos Sociais” se dá diante a crise do capital entre às décadas de 1960 e 1970, onde a saída que se construiu para a retomada aos patamares normais de acumulação foi a da mudança dos padrões produtivos, adotando formas cada vez mais flexíveis. Essa reestruturação engendrou mudanças significativas no modo de produção da riqueza e também da formação “ideo-subjetiva do reconhecimento da pertença de classe” (RIBEIRO, 2014, p. 104). No plano ideológico, a burguesia operou propagando o culto ao subjetivismo, o individualismo como a essência humana contrapondo-se às formas de organização e solidariedade de classe (ANTUNES, 2009). O objetivo central da burguesia era arrefecer cada vez mais a

grande massa organizada da classe trabalhadora que surgiu com a crise do Estado de bem-estar social.

Os “Novos Movimentos Sociais” surgem, portanto, de um contexto político e social de crise do capital e das formas históricas, ditas como “tradicionais” (partidos e sindicatos), de luta da classe trabalhadora, sobretudo no período marcado pelo fim da União Soviética. Ainda, teóricos dessa corrente de compreensão do movimento político das classes sociais, defendiam que esses novos movimentos eclodiram diante os conflitos dos modelos culturais, sendo o desfecho da trama a “separação entre o universo econômico e o universo cultural” (TOURAINÉ *apud* RIBEIRO, 2014, p. 109).

A cisão entre o econômico e o cultural permite uma chave de interpretação da realidade contrária àquela da totalidade. Agora as complexificações surgidas pelo desenvolvimento da práxis, parece ter se atomizado em pequenas partes desconexas de um todo complexo, como se o universo econômico, ou melhor, a forma como a sociedade organiza a vida produtiva e, portanto, reprodutiva, não mais determina e/ou dinamiza as processualidades da vida social, como se ele fosse “interpretado, em tal quadro analítico, como mais uma forma de opressão dentre outras” (NEVES, 2020, p. 40).

Obviamente as novas velhas formas de opressões que se acendiam no interior desses movimentos sociais, foram recalcados ou colocados em segundo plano, em boa parte dos partidos e sindicatos à época. (NEVES, 2020). Ao mesmo tempo que a eclosão das opressões apareceram como manifestação legítima e inovadora desses novos movimentos sociais, como se operassem numa lógica de um apelo ao concreto, se negava o concreto na análise e na forma interventiva.

Assim, cada vez mais, o pensamento pós-moderno expõe a sua natureza fragmentadora. Reforça a cisão entre os sujeitos sociais, buscando por meios das narrativas irracionalistas, maneiras de sobrepor ou, de modo ousado, refutar a centralidade da luta de classes na processualidade histórica. Como primorosamente descreveu Neves (2020, p. 42),

antagonismos entre movimentos diversos no seio do proletariado, e considerando o problema mais amplamente, das próprias classes trabalhadoras, são fortemente determinados por ‘concepções de mundo’, vinculadas explicitamente ou implicitamente a determinada estratégia de luta política e social.

Aqui nos resta uma breve explicação das estratégias de luta política em disputa no seio da sociedade brasileira atual, a saber: a estratégia democrática e a estratégia socialista. A primeira, diz respeito à forma hegemônica da estratégia adotada pela classe trabalhadora brasileira sob a direção dos Partidos dos Trabalhadores — PT, sua principal característica é o seu caráter etapista, o seu objetivo é aprofundar a democracia burguesa para a sua usurpação futura. Já a segunda, propõe a ruptura completa e violenta da sociedade cindida em classes, onde a classe trabalhadora possa assumir os rumos da sua própria história pela fundação do socialismo (NEVES, 2020).

A atual inserção das/dos Assistentes Sociais nos Movimentos Sociais

O movimento político da classe trabalhadora assinalada nos períodos de 1960-1980 convocou o serviço social a colocar em análise os fundamentos da profissão. A forte influência dos movimentos populares na reconceituação da categoria e na consolidação dos seus fundamentos, nos implica questionar a sua atual inserção nos movimentos sociais no contexto histórico no qual está submetido o conjunto da classe trabalhadora.

Essa relação aparece na pesquisa do perfil de assistentes sociais em 2005, feita pelo conjunto CFESS/CRESS. Porém, os resultados desta pesquisa nos apresenta um cenário de retração quanto à participação das/os assistentes sociais nos movimentos sociais. Temos que, das/os assistentes sociais que responderam à pesquisa (1.048), 32% (335) estão inseridas/os em organizações políticas, sendo que dessa porcentagem 10,40% (35) estão no movimento sindical, 12,62% (42) em partidos políticos, 32,18% (108) em movimento sociais (associações, mov. negro, mov. de mulheres, etc) e 44,80% (150) movimento da própria categoria de Assistentes Sociais (CFESS, 2005).

No segundo importante relatório de uma pesquisa sobre o perfil das/dos Assistentes Sociais realizada pelo Conjunto CFESS/CRESS no ano de 2024, temos um cenário parecido. O universo de assistentes sociais que responderam a pesquisa é de 8.147. Os resultados apresentados no capítulo 8 relativo à “Participação Política e Representação Profissional: desafios da organização coletiva”, apontam que 87,95% (7.165) das/os entrevistadas/os não são filiados a partido e sindicato, ambos instrumentos históricos de luta da classe trabalhadora. No âmbito da inserção em sindicatos por categoria e por ramo de atividade, somam-se um total de 31,74% (2.586). Quando se

trata de inserção nos movimentos sociais, os dados apontam que cerca de 32,91% das/os assistentes sociais da pesquisa estão militando em algum movimento social, sendo 67,01% o contrário, assistentes sociais que não exercem nenhum tipo de participação na vida política.

O que nos chama a atenção, no ponto de vista qualitativo, é que a tendência da fragmentação da classe trabalhadora, expressa na crise dos projetos universalizantes, na emergência da pós-modernidade e na exacerbação da individualidade, permanece a mesma. Esses dados nos instiga a refletir sobre duas perguntas. Primeiro, por que um número tão grande de assistentes sociais sem inserção nos movimentos sociais? Segundo, por que razão esses assistentes sociais, que possuem um nível de inserção em movimentos sociais, optam por se organizar naqueles movimentos ditos “novos” em detrimento daqueles sob a forma partido e/ou sindicato?

Do ponto de vista da formação profissional, Dal Moro e Marques (2011) chamam atenção para uma ampla presença de referenciais teóricos das mais variadas tendências, dentre elas a pós-moderna traduzida na Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Para as autoras, essa tendência pós-moderna “pode incidir na compreensão dos fenômenos vistos, não mais numa perspectiva de totalidade mas de forma fragmentada, pulverizada” (MORO, MARQUES, 2011, p. 41), abrindo precedentes para o alargamento da ideologia neoliberal, colocando em risco os esforços coletivos que culminaram no projeto profissional do Serviço Social.

Porém, do ponto de vista político, para responder essas respostas devemos nos debruçar na análise da condição da classe trabalhadora brasileira e mundial. As mudanças estratégicas da luta política nos dão pistas para responder essas respostas. A hegemonia da estratégia democrática contribui para a crença sistemática das postulações que apregoam o fim da centralidade do capital e trabalho, abrindo margem para uma suposta humanização do Estado burguês. Em contrapartida, a classe trabalhadora brasileira está tendo o seu sobretrabalho cada vez mais expropriado pelo capital e os mecanismos de gestão da mais-valia social cada vez mais organizados para a usurpação dos setores financeiros.

Considerações finais

Os desafios da conjuntura atual convoca o serviço social a estimular a sua dimensão política através do fortalecimento e inserção nos movimentos sociais buscando contribuir para organização e politização do conjunto geral da classe trabalhadora. A agrura que se criou frente aos projetos societários totalizantes, expressados na pulverização da classe trabalhadora no que seria uma espécie de setores populares de reivindicação parcial/imediata, impôs uma série de desafios na esfera da organização política da classe trabalhadora num geral, impedindo qualquer experiência que apresente possibilidade concreta de emancipação. Observamos que no campo ideológico, o neoliberalismo mantém hegemônico a reprodução do individualismo como sua máxima filosófica.

Essas são as determinações da realidade contemporânea que convoca o conjunto da categoria do serviço a pôr em debate seus fundamentos para aprofundar não só o seu entendimento acerca da sua relação com os movimentos sociais, mas para adensar teoricamente os motivos macroestruturais que culminaram nessa onda larga de desmobilização da classe trabalhadora. Muito além de apenas teorizar, o serviço social precisa se inserir nos espaços de organização política da classe trabalhadora.

Referências

- ABRAMIDES, M. Beatriz Costa. **A organização político-sindical dos assistentes sociais: trajetória de lutas e desafios contemporâneos**. In Serv. Social e Sociedade, São Paulo, n. 97, p. 85-108, jan./mar. 2009.
- ABREU, Marina Maciel. **Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.
- ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed., 10.reimpr. rev. ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília: CFESS, 2005.
- CFESS. **Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília: CFESS, 2022.
- DAL MORO, M.; MARQUES, M. G. **A relação do Serviço Social com os movimentos sociais na Contemporaneidade**. Temporalis, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 13–47, 2012. DOI: 10.22422/2238-1856.2011v11n21p13-47. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2185>. Acesso em: 13 mai. 2026.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. **A História pelo Averso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo, Cortez, 2021.

IAMAMOTO, M. V.. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LUKÁCS, György. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto, organização, apresentação e tradução. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MAIOR, Jennifer Pugsley Sotto. **Serviço Social e movimentos sociais: a relação à luz da luta de classes**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2017. disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6129775

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 5.ed. Florianópolis: Insular, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, José Paulo. **Razão, ontologia e práxis**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 44, ano XV, p. 26-42, 1994.

NEVES, Victor. **Movimentos sociais “clássicos”, “contemporâneos” e relevância da estratégia socialista**. In Marx e o Marxismo v.8, n.14, jan/jun 2020.

RIBEIRO, Sâmbara Paula Francelino. **Lutas sociais contemporâneas: entre os desígnios pós-modernos e os imperativos da classe trabalhadora**. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (org.). **Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.